



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING

13 de março de 2018

- Ações articuladas para combater abate clandestino de carne
- SÃO LUÍS - Vistoria e convite para debater problemas estruturais nos residenciais Vitória e Pleno, da Construtora Cyrella
- PINDARÉ-MIRIM - Manutenção da condenação do ex-prefeito Walber Pereira Furtado por improbidade administrativa
- ITAPECURU-MIRIM – ACP em desfavor do ex-prefeito Júnior “Marreca” em função de irregularidades em convênio
- IMPERATRIZ – Apresentação do Plano de Resíduos Sólidos
- Nota sobre demora de reassentamento de moradores da comunidade Pequiá do Baixo
- OPERAÇÃO CONTRA CONTRABANDO – Advogado Ricardo Belo é solto
- OPERAÇÃO CONTRA CONTRABANDO – Deputado Roberto Costa quer CPI
- SÃO LUÍS - Rompimento da adutora do Italuís
- SÃO LUÍS - Taxistas e motoristas de Uber protestam na Câmara de Vereadores
- Uma em cada 100 mulheres vai à Justiça contra violência
- Polícia

MPMA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog
EDITORIA	
<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	13 / 03 / 2018
PÁG.	01
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada	<input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

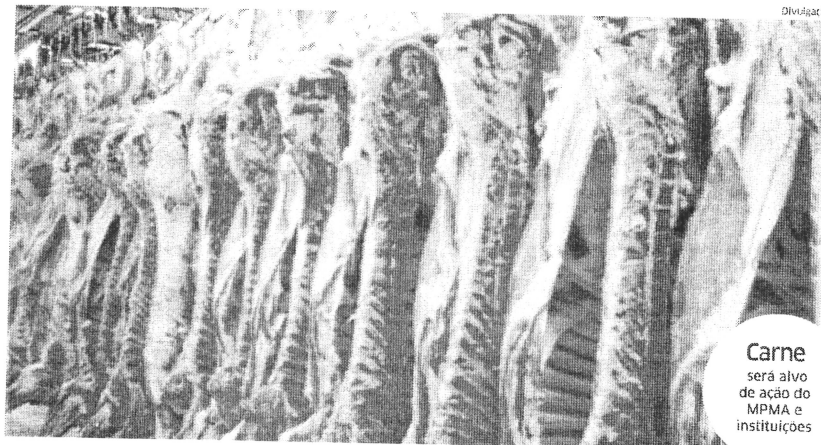
Abate clandestino será combatido no Maranhão

A meta é que até o final de 2018 sejam inspecionados e autuados o maior número de abatedouros irregulares; de acordo com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária, existem 372 pontos de abate em todo o estado

Com o propósito de garantir a qualidade da carne consumida no Maranhão, o abate clandestino de animais será combatido por meio de um plano de ação que está sendo desenvolvido pelo Ministério Público Estadual (MPMA), em parceria com outros órgãos, e que ocorrerá durante todo o ano. De acordo com o Centro de Apoio Operacional do Consumidor (CAOP) do MPMA, a meta é que até o final de 2018 sejam inspecionados e autuados o maior de número de abatedouros irregulares.

De acordo com a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (Aged), existem 372 pontos de abate em todo o estado, sem registro formal, sendo 79 em Viana, 41 em Itapecuru-Mirim, 37 em Rosário, 32 em Caxias, 32 em Bacabal, 25 em Pinheiro, 17 em Chapadinha, 17 em São João dos Patos, 17 em Santa Inês, 16 em Zé Doca, 12 em Açailândia, 9 em Pedreiras, 9 em Presidente Dutra, 7 em Barra do Corda, 7 em Imperatriz, 6 em Balsas, 5 em Codó e 4 em São Luís.

"A atuação do Ministério Público do Maranhão é fazer com que cada instituição responsável por fiscalizar, inspecionar e atuar cumpra com o seu devido papel. O órgão auxilia, por meio de audiências públicas e conciliação entre as partes para que tudo seja regularizado. A saúde da população é que está em jogo. O consumidor precisa saber se a carne é de qualidade", declara. E complementa: "Além disso, tem também os interesses econômicos, porque se for constatado que tal município tem casos de febre aftosa, por exemplo,



Divulgação

Carne será alvo de ação do MPMA e instituições



Dieryn Chaves

Promotores de Justiça discutem, em reunião, ações de combate ao abate clandestino de animais

as exportações poderão ser canceladas e isso afeta a economia dessa cidade. Além disso, o direito de defesa do consumidor", detalha Nacor Pereira dos Santos, promotor de justiça e coordenador do Centro de Apoio Operacional do Consumidor.

Exemplo

Segundo Nacor Pereira dos Santos, não há informações de matadouros clandestinos na capital maranhense.

"O matadouro público de Passagem Franca, no interior do estado, hoje é um exemplo. Mas isso só foi possível depois que houve uma inspeção no estabelecimento realizada pelo MPMA e Aged; e nessa ação foram constatadas as irregularidades e, por fim, traçado um plano para regularizar. Enviamos um docu-

SAIBA MAIS

Caso o proprietário ou gestor responsável pelo matadouro não se adequar às normas estabelecidas por lei, fica passível de ser processado criminalmente e ter o estabelecimento interditado, segundo o MPMA.

mento ao gestor do município. Firmamos um acordo e o caso foi resolvido. Em vez de judicializar o problema, resolvemos de forma extrajudicial para que seja resolvido com celeridade", ressaltou o promotor de justiça de Passagem Franca, Carlos Alan da Costa Siqueira.

Segundo a promotora de justiça de Santa Rita e responsável por toda a área dos Lençóis Maranhenses, Karine Guará Brusaca Pereira, o matadouro do município está se adequando a legislação graças à divulgação de informação sobre os males que o abate clandestino pode causar, por meio de audiências públicas. "A audiência pública é um dos instrumentos que mais valoriza o cidadão, por ele está diante de quem tem obrigação de resolver o problema. O objetivo é conscientizar e traçar planos para a regularização. Em Santa Rita, um matadouro regular está em processo de construção", acrescentou Karine Guará Brusaca Pereira. ■

VIDEO NA VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 05 () Gerada Espontânea Positiva () Negativa

Vitória e Pleno Problemas estruturais em residenciais da Cyrela deixam moradores em risco



FRANCISCO SILVA

Vistoria realizada ontem, no Condomínio Vitória, constatou diversas irregularidades

LUCIENE VIEIRA

O Ministério Público do Maranhão, por meio de uma força-tarefa formada pelo Corpo de Bombeiros e as promotorias de Defesa do Consumidor, Execução Penal e de Conflitos Agrários, tem realizado inspeções nos empreendimentos da Cyrela, que foram entregues com problemas estruturais, em São Luís. Na manhã de ontem, a titular da Promotoria do Consumidor, Lítia Cavalcanti, acompanhada pelo coronel Ernesto França - diretor de Atividades Técnicas do Corpo de Bombeiros do Estado do Maranhão, e o deputado estadual José Inácio Sodré Rodrigues, vistoriaram o Condomínio Vitória, na Forquilha; e o Pleno, situado no Jaracati. Os relatórios das visitas técnicas devem ficar prontos até a sexta-feira (16).

O Condomínio Vitória São Luís possui 55 torres e começou a ser entregue em 2013 e logo os problemas apareceram. Na vistoria de ontem, o síndico Wellington de Sousa afirmou que moram no Vitória cinco mil pessoas, ocupando 1312 apartamentos. O síndico levou o grupo da força-tarefa até os pontos críticos, que, segundo ele, estão sendo reclamados à Cyrela, desde 2014. "Há quatro anos, que permanecemos entrando em contato com a construtora, mas a Cyrela tem 'empurrado com a barriga' a situação. Depois de cinco anos aqui, seremos obrigados a arcar com os defeitos apresentados, pois, venceria o prazo de garantia da construtora. Queremos que ela arque com essas despesas; nos foi vendido um projeto, que até hoje não recebemos", informou Wellington de Sousa.

Somente na vistoria realizada ontem, foram constatadas irregularidades como o calçamento do condomínio rachado, além de fissuras na parte interna de apartamentos do bloco D9B, e nas duas quadras esportivas construídas no residencial. O D9B teria sido

o último a ser levantado; moradores acusam a Cyrela de ter utilizado restos de materiais de construção. A secretária Alcineyla Ferreira disse que foi uma das primeiras moradoras a se mudar para o Vitória. "Desde o primeiro momento que chegamos aqui, temos convivido com problemas estruturais", disse Alcineyla.

No Bloco C do condomínio, Wellington mostrou à equipe da força-tarefa locais onde existem alagamentos, quando chove, e infiltrações. Ali perto, as duas piscinas foram construídas a menos de dez metros do leito do Rio Paciência, sendo que a distância permitida por lei seria de 50 metros. Wellington disse ainda que a Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) foi construído, também, no leito do rio. De acordo com a promotora Lítia Cavalcanti, todo o material relacionado ao Vitória será inserido nos processos contra a Cyrela, por meio da Força-Tarefa. Já o coronel França garantiu que as análises feitas pelo Corpo de Bombeiros serão transformadas em laudo, que deve ficar pronto até a sexta-feira (16). O deputado Zé Inácio responsabilizou a construtora, e disse que fará representações a Assembleia Legislativa para que fatos como os vistos no Vitória não se repitam nas construções no Maranhão.

PLENO

Conforme apurado pela reportagem do **Jornal Pequeno**, no Residencial Pleno, são seis torres com vazamento de gás, onde cerca de 720 moradores correm risco. No residencial, uma parte do teto de uma área infantil teria caído, conforme moradores, que estão preocupados e almejam a interdição do empreendimento. Porém, ficou acordado que o Pleno não será interditado; a Cyrela irá abrir as caixas por onde passa a tabulação de gás de todas as torres com problema, e, quinta-feira (15), a equipe da Força-Tarefa voltará a vistoriar o empreendimento.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA () O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input checked="" type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia		Outros	
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Deputado convida população para audiência que discutirá “Caso Cyrela”

O deputado estadual progressista Wellington do Curso utilizou as redes sociais, nessa segunda-feira (12), para convidar os maranhenses a participar de audiência pública que discutirá o “Caso Cyrela”, nesta terça-feira (13), às 14h, na Assembleia Legislativa. “O objetivo é encontrar solução diante das denúncias que mostram os vícios construtivos que já fizeram até mesmo com que moradores deixassem o prédio às pressas, por causa de vazamento de gás ocasionado por falhas no sistema”, disse. O deputado informou que a audiência atende a uma solicitação de moradores dos condomínios entregues pela construtora Cyrela. “Enquanto deputado estadual, não podemos impor obrigação alguma, mas é inadmissível que as pessoas continuem tendo o seu direito à moradia violado. O objetivo é promover essa discussão e encontrar uma solução para a problemática”, frisou Wellington.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

(X) Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia Outros

DATA

13 / 03 / 2018

PÁG.

03

() Gerada (X) Espontânea () Positiva () Negativa

Mantida condenação de ex-prefeito

Ex-gestor do município de Pindaré-Mirim, Walber Pereira Furtado havia sido condenado por ter contratado servidores sem concurso público quando esteve à frente do cargo

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença fixada em primeira instância, que condenou o ex-prefeito do município de Pindaré-Mirim, Walber Pereira Furtado, por contratação de servidores sem concurso público, quando esteve à frente do cargo. O ex-gestor foi condenado à perda dos direitos políticos por cinco anos, pagamento de multa no valor de 50 vezes o que recebia à época dos fatos e proibição de contratar com o Poder Público por três anos. A decisão de 1º Grau é de Raphael Leite Guedes, então juiz de Pio XII respondendo por Pindaré-Mirim à época.

O ex-prefeito apelou ao Tribunal de Justiça, alegando que não agiu com dolo ou má-fé quando contratou servidores sem concurso público. Entendeu que o caso era de necessidade temporária de excepcional interesse público e, por isso, não configuraria ato de improbidade administrativa.

O relator, desembargador José de Ribamar Castro, destacou que o Superior Tribunal



TJMA manteve condenação contra ex-prefeito Walber Pereira Furtado

de Justiça (STJ) tem entendido que a admissão de servidores sem concurso público expressa a vontade consciente do agente

de aderir à conduta, caracterizando o dolo e, em consequência, o ato de improbidade.

Ribamar Castro frisou ter

ficado comprovado, por meio de comprovantes de pagamentos, que o apelante, na condição de prefeito, contratou servidores e os lotou em nove secretarias do município, sem concurso, e lá os manteve até o final de sua gestão.

O magistrado acrescentou que os servidores contratados irregularmente desempenhavam tarefas rotineiras e permanentes na administração, situações em que os acessos, necessariamente, deveriam ter sido precedidos de concurso público. Citou decisões semelhantes do TJMA e do STJ.

O relator concluiu que a conduta do apelante não observou os princípios que regem a administração pública, em especial a legalidade e moralidade, porque ficou evidenciada sua má-fé, suficiente para configurar o ato de improbidade.

O desembargador Raimundo Barros e a juíza Alessandra da Costa Arcangeli, convocada para compor quórum, também negaram provimento ao apelo do ex-prefeito, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog				
EDITORIA				
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia	Outros <u>Estado</u>			
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	06	<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Improbidade Mantida condenação de ex-prefeito de Pindaré-Mirim

A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve a sentença fixada em primeira instância que condenou o ex-prefeito do município de Pindaré-Mirim, Walber Pereira Furtado, por contratação de servidores sem concurso público, quando esteve à frente do cargo. O ex-gestor foi condenado à perda dos direitos políticos por cinco anos, pagamento de multa no valor de 50 vezes o que recebia à época dos fatos e proibição de contratar com o Poder Público por três anos. O ex-prefeito apelou ao Tribunal de Justiça, alegando que não agiu com dolo ou má-fé quando contratou servidores sem concurso público. Entendeu que o caso era de necessidade temporária de excepcional interesse público e, por isso, não configuraria ato de improbidade administrativa. O relator, desembargador José de Ribamar Castro, destacou que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem entendido que a admissão de servidores sem concurso público expressa a vontade consciente do agente de aderir à conduta, caracterizando o dolo e, em consequência, o ato de improbidade. Ribamar Castro frisou ter ficado comprovado, por meio de comprovantes de pagamentos, que o apelante, na condição de prefeito, contratou servidores e os lotou em nove secretarias do Município, sem concurso, e lá os manteve até o final de sua gestão. O magistrado acrescentou que os servidores contratados irregularmente desempenhavam tarefas rotineiras e permanentes na administração, situações em que os acessos, necessariamente, deveriam ter sido precedidos de concurso público. Citou decisões semelhantes do TJMA e do STJ. O relator concluiu que a conduta do apelante não observou os princípios que regem a administração pública, em especial a legalidade e moralidade, por que ficou evidenciada sua má-fé, suficiente para configurar o ato de improbidade. O desembargador Raimundo Barros e a juíza Alessandra da Costa Arcangeli, convocada para compor quórum, também negaram provimento ao apelo do ex-prefeito, de acordo com o parecer da Procuradoria Geral de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia		Outros	<i>Ato, Fato e Bancto.</i>
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	02 <input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

Desce

O ex-prefeito de Pindaré-Mirim, Walber Pereira Furtado, teve a condenação em 1ª instância confirmada pela 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) por contratação de servidores sem concurso público, quando esteve à frente do cargo. O ex-gestor foi condenado à perda dos direitos políticos por cinco anos, pagamento de multa no valor de 50 vezes o que recebia à época dos fatos e proibição de contratar com o Poder Público por três anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> O progresso <input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> Debate			
<input type="checkbox"/> Extra <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O 4º poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Vida <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia			
Outros			
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	09
<input checked="" type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input checked="" type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa			

MPMA aciona Júnior Marreca por irregularidade em convênio

Em Ação Civil Pública por improbidade administrativa, ajuizada no dia 11, o Ministério Público do Maranhão requereu a concessão de liminar para a decretação da indisponibilidade de bens do ex-prefeito de Itapecuru-Mirim e atual deputado federal Antonio da Cruz Filgueira Júnior, conhecido como Júnior Marreca.

Júnior Marreca, que foi prefeito de Itapecuru-Mirim em dois mandatos seguidos – de 2005 a 2008 e 2009 a 2012 –, está sendo acionado por irregularidades cometidas na execução de um convênio firmado, em 2011, entre o Município e a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer (Sedel) para a construção de uma quadra poliesportiva coberta no valor de R\$

371.267,42.

A 1ª Promotoria de Justiça de Itapecuru-Mirim, que tem como titular a promotora de justiça Flávia Valéria Nava Silva, pediu a indisponibilidade de bens do deputado para garantir o ressarcimento dos prejuízos causados ao erário.

Em 2015, a 1ª Promotoria instaurou um procedimento administrativo para acompanhar a execução do referido convênio. O relatório de inspeção realizado no local, em abril de 2016, revelou que a “quadra não foi totalmente construída” e que foram observadas “apenas algumas colunas e parte da cobertura, não havendo estrutura suficiente que caracterize uma quadra poliesportiva”.

NOTÍCIAS DIVERSAS



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia

Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 03 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Deputado quer CPI do Contrabando após citação a deputados e secretário

Parlamentar diz que a Assembleia precisa esclarecer suposto envolvimento de dois membros da Casa e um secretário na quadrilha desbaratada recentemente pela polícia e que continua sendo investigada

GLBERTO LIDA
Da editoria de Política

O deputado estadual Roberto Costa (MDB) pretende propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o envolvimento de "dois deputados" e de um "secretário" na quadrilha de contrabando desbaratada no final do mês passado pela Polícia Militar do Maranhão (PMMA).

A O Estado, o emedebista disse que já começou a sondar colegas sobre a possibilidade de aprofundar, no Legislativo, as investigações sobre o envolvimento de autoridades com o bando. Segundo ele, se ficar omissa, a Assembleia pode contribuir para arrastar a imagem de todo o parlamento.

"Não se pode imaginar que um dos presos por contrabando cite o envolvimento de 'deputados' e de um secretário e a Assembleia não queira esclarecer quem são essas autoridades", destacou. "Desse jeito, fica todo mundo sob suspeita", completou.

A citação aos "deputados" e ao



Roberto Costa quer esclarecer citação a colegas de Assembleia

"secretário" foi feita pelo ex-vice-prefeito de São Mateus Rogério Garcia, num áudio que integra o inquérito em que a Superintendência Estadual de Prevenção e Combate à Corrupção (Secor) investiga a quadrilha especializada em contrabando de cigarros e bebidas - com a participação, segundo a SSP, de policiais militares e do delegado Thiago Bardal, ex-chefe da Seic.

Garcia é um dos presos na operação que desbaratou o bando na se-

mana passada.

Na conversa, de quase dois minutos, o político pede que o interlocutor tenha paciência para "comer esse veneno". "É um veneno grande, que nós estamos passando", diz ele, ao falar sobre mudança de escalas na PM, o que, em tese, teria deixado o grupo sem proteção.

O ex-vice-prefeito menciona, claramente, influência política para ajudar a quadrilha e adianta que, no final do mês de março, após mudança de comando - sem dizer em que instância - "ai nós vamos ter controle total".

"Realmente complicou, mas eu tô trabalhando via o secretário e dois deputados para gente sanar esse problema. Eu vou tentar levar o Major para o CPAM 3 e o serviço de hoje, as escalas, ele mudou tudo, esse tal de Astar", afirma Rogério Garcia. Ele não revelou os nomes do secretário, nem dos dois deputados.

Segundo apurou O Estado, no entanto, a SSP já examinou expediente ao Judiciário pedindo autorização para ouvir dois parlamentares. Como trata-se de processo sob sigilo de Justiça, os nomes não foram revelados.

Comunista cobra nomes de supostos envolvidos

RONALDO ROCHA
Da editoria de Política

O deputado Raimundo Cutrim (PCdoB), da base governista na Assembleia, desafiou o secretário de Segurança Jefferson Portela a revelar os nomes dos deputados supostamente envolvidos com quadrilha de contrabando.

Na semana passada, circulou a informação de que, além de dois deputados, um secretário, ou seja, auxiliar do governador Flávio Dino (PCdoB), tinha envolvimento com o esquema criminoso.

Cutrim repudiou a insinuação da suposta participação de parlamentares no crime e cobrou um posicionamento da Mesa Diretora da Assembleia. •



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA (X) O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Política (X) Cidades / Vida () Geral () Polícia	Outros
DATA	13 / 03 / 2018
PÁG.	07
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

TRANSPORTE

Motoristas protestam na Câmara

A segunda-feira começou cheia na Câmara Municipal de São Luís. Com esperança de que a votação da "PL do Uber" fosse ocorrer na manhã de ontem, dezenas de motoristas se reuniram na porta do prédio com o objetivo de acompanhar a plenária. Sem espaço suficiente, logo começou um tumulto entre taxistas e motoristas de aplicativos que foi rapidamente acalmado. Após descobrir que a pauta não seria votada, muitos aproveitaram para conversar com vereadores.

Pouco antes de começar a sessão, um grupo de pouco mais de 10 pessoas começou a erguer cartazes contra a PL 001/2017. Muitos vereadores respondiam positivamente com gestos, além de dirigir para eles palavras de incentivo. Um desses representantes foi Edson Gaguinho, que, quando perguntado sobre a proposta, afirmou que é necessária a regulamentação. "Sou a favor do Uber, como também sou a favor dos taxistas. Por isso, creio que deve diminuir o contingente de motoristas em aplicativos para que não afete os taxistas. Pois, com chegada desses aplicativos, eles estão tendo muitos gastos e poucos clientes", afirmou.

Para a vereadora Bárbara Soares, é necessária a urgente regu-



Motoristas de aplicativos e taxistas conversam com vereadores na porta da Câmara de Vereadores

lamentação da categoria. "Devido a grave crise econômica, estamos vendo crescimento da informalidade pelo país. Precisamos urgente ter atenção com essa categoria", afirmou a vereadora.

Quando será a votação?

Durante conversa com motoristas, o vereador Marquinhos explicou que a votação levará um tempo. "Essa votação não será de um dia para o outro, isso leva tempo. Iremos começar os debates hoje, e só terminará possivelmente na próxima semana", afirmou Marquinhos, que se destaca como autor das ementas polêmicas de limitação do contingente de motoristas.

Entenda

Mesmo com regulamentação nacional, o serviço de aplicativos de mobilidade urbana não estava legalizado na cidade. Com tramitação desde janeiro, a PL 001/2017, criada pelo vereador Paulo Victor, busca regulamentar uso de aplicativos de mobilidade urbana. Dentre as propostas estão: capaci-

dade máxima de pessoas, credenciamento de aplicativos, carros de no máximo 10 anos de uso e taxação anual. Todavia, a polêmica gira em torno das ementas feitas por outros vereadores, buscando redução do número de motoristas, taxação, emplacamento, adesivagem, bem como o carro usado pelo motorista ser de São Luís.

EMBAIXADA DO BRASIL em São Luís - Maranhão - Avenida Brasil, 100 - São Luís - Maranhão - CEP 650-100 - Fone: (98) 3113-1111 - Fax: (98) 3113-1112 - E-mail: embaixada.br@itamaraty.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

Política () Cidades / Vida () Geral () Polícia () Outros

DATA

13 / 03 / 2018

PÁG.

02

() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

O desemprego de centenas de trabalhadores em razão da demora no reassentamento dos moradores da comunidade do Pequiá de Baixo

Sindicato dos Metalúrgicos de Açailândia e Região

É com pesar que noticiamos o possível desligamento de mais 200 funcionários de um dos mais importantes polos siderúrgicos do país, que já contou com cinco siderúrgicas em pleno funcionamento, gerando mais de 3.000 empregos e renda para nossa região.

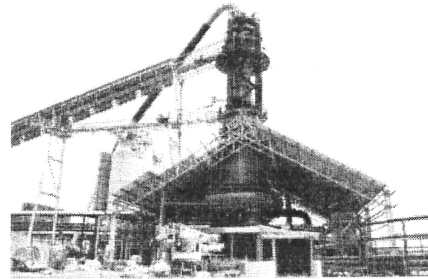
Atualmente, apenas duas siderúrgicas se encontram em atividade, com grande insegurança quanto à continuidade de suas operações, pois além das questões econômicas e mercadológicas, existem outros fatores em nossa comunidade que lhes trazem grande preocupação.

Um dos problemas que mais afetam estas empresas é a incerteza acerca do reassentamento das famílias do Pequiá de Baixo.

Este reassentamento é uma legítima reivindicação das famílias que ali residem, tratando-se de questão de política pública, visando resgatar a dignidade das pessoas, transferindo-as para novas moradias, em bairro planejado, com saneamento básico, luz, água e serviços públicos, de modo que tenham melhores condições de vida, o que o atual bairro Pequiá de Baixo em nada contempla.

Basta apenas uma visita à atual comunidade para observar precárias condições de urbanização, esgotamento a céu aberto, ausência de água potável e muito lixo, com sérios riscos à saúde, agravados pela proximidade às margens da rodovia, com iminentes riscos de acidentes, entre outros pontos, a que nenhum cidadão deveria estar exposto.

Desde o dia 15 de fevereiro de 2011, quando o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de Açailândia e Região garantiu,



por meio de greve um acordo para a compra do terreno ao qual haveria o deslocamento dos moradores do Pequiá de Baixo, as Empresas Siderúrgicas da Região desde o ano de 2014, contribuindo para o processo de reassentamento das famílias desta comunidade, por meio de seu sindicato, firmaram Termo de Ajuste de Conduta perante a Associação Comunitária dos Moradores do Pequiá, Prefeitura de Açailândia e outros entes e viabilizaram os recursos para aquisição de um terreno localizado no Km 08 da BR 222, com área de mais de 384.000 m², em local adequado e planejado para instalar o novo bairro do Pequiá, bem como o financiamento de todos os projetos urbanísticos, competindo ao Poder Público a aprovação e viabilização deste novo bairro.

Contudo, a burocracia arrasta o cumprimento deste importante projeto social, prejudicando os moradores e gerando incertezas à continuidade das operações das empresas.

A demora no reassentamento destas famílias causa insegurança às empresas, pois estão sendo injustamente responsabilizadas por todas as mazelas a que os moradores estão

sujeitos, em especial supostos problemas de saúde e desvalorização de suas casas decorrentes do funcionamento e operação das siderúrgicas.

Ora, sem adentrar o mérito da questão, os problemas do Pequiá de Baixo são muito maiores, destacando a ausência de coleta de lixo, água potável e saneamento básico, e decorrem de anos de abandono do Poder Público, sendo muito restrita a atribuição de responsabilidade apenas às siderúrgicas, que, ressalte-se, estão empenhadas no reassentamento da comunidade.

Vale dizer que em razão desta situação, há um impacto imediato, que necessita ser destacado, já que as empresas estão deixando de investir, já tendo reduzido recentemente mais de 200 pessoas de seu quadro de funcionários, por absoluta insegurança jurídica, quadro irreversível até que seja implementado o reassentamento dos moradores da comunidade do Pequiá de Baixo. Com esta situação perdemos todos, necessitamos de medidas públicas urgentes para que o reassentamento ocorra o mais breve possível e as empresas voltem a investir em Açailândia.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

(X) O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida (X) Geral () Polícia Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 05 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

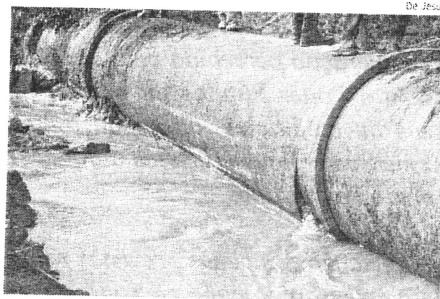
Adutora se rompe e 60% dos bairros de São Luís ficam sem água

Falta de abastecimento pelo Italuís começa a ser sentida pela população a partir de hoje; Caema diz que serviços serão normalizados em até 24 horas

A adutora antiga do Sistema Italuís - inaugurada em 1982 - mais uma vez se rompeu, no início da tarde de ontem, no Km 38 da BR-133, deixando cerca de 60% dos bairros de São Luís sem água a partir de hoje. Em nota divulgada ontem, a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) informou que os serviços de abastecimento serão normalizados em até 24 horas. Enquanto isso, a nova adutora, cuja entrega estava prevista pelo Governo do Maranhão no fim do ano passado, ainda não está funcionando.

A Caema, questionada por O Estado, não informou as causas do mais recente rompimento na antiga adutora. Na tarde de ontem, técnicos da empresa trabalhavam no conserto da estrutura. Pelo menos quatro metros da tubulação apresentaram fissuras, o que levou ao vazamento de água, prevista inicialmente para chegar até boa parte das residências da capital.

Este foi o primeiro rompimento oficial da estrutura de abastecimento de água de São Luís em 2018. No dia 9 de dezembro do ano passado, o trecho que serviria de ligação entre a adutora antiga e a nova se rompeu em Periz de Baixo (no Km 58 da BR-



Antiga adutora se rompeu na tarde de ontem e deixará bairros sem água

133). Com isso, a entrega da estrutura nova, cujas obras foram iniciadas em 2012, atrasou mais uma vez. Levantamento feito por O Estado aponta que a entrega da tubulação do Italuís foi adiada, de 2015 a 2017, várias vezes. Na maioria dos casos, o governo vinculou a mudança de data a "reparos que deveriam ser feitos no projeto inicial".

Os serviços da nova adutora foram orçados, de acordo com dados da Caema, em R\$ 124.039.306,66 e, segundo especialistas, necessita ser entregue de forma urgente, já que o tempo de vida útil da antiga adutora expirou há pelo menos 10 anos. Se-

gundo a Caema, assim que for ativado, o sistema produtor do Italuís entrará em operação com incremento de até 30% no volume de água destinado à capital maranhense.

O rompimento da nova adutora, em dezembro, causou o desabastecimento de residências da cidade por uma semana. Com isso, a população precisou recorrer a outras fontes de abastecimento, como carros-pipa. Na ocasião, empresas que atuam no fornecimento de água elevaram os preços do serviço.

Relembre

O primeiro adiamento de entrega

da nova adutora pelo atual governo ocorreu em agosto de 2015. Com o descumprimento, um novo prazo foi fixado: abril de 2016. De acordo com a Caema, em nota publicada na ocasião, os trabalhos seriam finalizados em julho daquele ano, o que não ocorreu. Um novo adiamento foi confirmado pela própria gestão estadual após visita de representantes da bancada federal maranhense ao local das obras. Segundo a direção da Caema, a previsão era de que os serviços seriam entregues em outubro daquele ano, mas não ocorreu.

Em abril do ano passado, houve nova mudança de data. Depois, para agosto. Por fim, a Caema admitiu que as obras seriam novamente adiadas para setembro. Sem cumprir mais uma vez com a data, outro prazo foi dado, dessa vez com entrega em dezembro. Em fevereiro deste ano, novo prazo para entrega da nova adutora: em março deste ano. ●

VÍDEO NA
VERSÃO DIGITAL

oestadoma.com



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida Geral () Polícia Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 05 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Uma em cada 100 mulheres vai à Justiça contra violência

Segundo levantamento feito pelo CNJ, 1.273.398 processos dessa natureza tramitavam na Justiça dos estados; desse total, 388.263 eram casos novos

BRASÍLIA

Um estudo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) revelou que, ao final do ano passado, uma em cada cem mulheres brasileiras abriu uma ação judicial por violência doméstica. No levantamento, divulgado ontem e elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias da instituição, constatou-se que 1.273.398 processos dessa natureza tramitavam na justiça dos estados. Desse total, 388.263 eram casos novos. Em relação a 2016, o número apresentado foi 16% maior.

Apenas 5% dos processos de

agressão doméstica em tramitação tiveram algum tipo de andamento no ano passado. Em relação ao feminicídio, crime considerado hediondo desde 2013, foram 2.795 ações pedindo a condenação de um agressor enquadrado nessa modalidade em 2017, em uma proporção de oito casos novos por dia, ou uma taxa de 2,7 casos a cada 100 mil mulheres. Em 2016, haviam sido registrados 2.904 casos novos de feminicídio.

Processos julgados

De acordo com o CNJ, o volume de processos julgados (440.109) foi am-

pliado em 19% na comparação com 2016. Um dos fatores que motivaram o aumento do programa Justiça pela Paz em Casa, que consiste em uma força operacional de tribunais estaduais concentrada ao longo de três dias, em que são decididos os destinos de vítimas e autores de crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Mais de 800 mil casos (833.280) ainda aguardavam um desfecho no final de 2017.

Segundo o CNJ, desde que o Justiça pela Paz em Casa foi adotado, em março de 2015, até dezembro do ano passado, foram proferidas 111.832 sentenças e concedidos

57.402 pedidos de medida protetiva. Destes, 10,5% (23.271) foram deferidos durante as três semanas da última edição do programa, em novembro. Atualmente, há 125 varas e juizados especiais em todos os estados e no Distrito Federal que cuidam exclusivamente de processos relativos a violência doméstica. No ano anterior, eram 111 varas. Em primeiro lugar na lista está o Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), com 16 varas, seguido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), que possui 13.

O CNJ afirma que alguns tribunais, por não organizarem estatísticas sobre o assunto, não tiveram seus dados computados pelo estudo.

Vítimas

Outra pesquisa, divulgada na semana passada, indica que somente uma em cada três mulheres afirmou ter recorrido a algum equipamento do Estado para enfrentar a violência à que foi submetida. ●



**MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO**
Procuradoria Geral de Justiça

**COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO**

VEÍCULO			
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> Pequeno	<input checked="" type="checkbox"/> O progresso
<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> A tarde
<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> O 4º poder	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	<input type="checkbox"/> Geral	<input type="checkbox"/> Polícia
Outros			
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	07
<input type="checkbox"/> Gerada		<input type="checkbox"/> Espontânea	
<input type="checkbox"/> Positiva		<input type="checkbox"/> Negativa	

Plano de resíduos sólidos será apresentado nesta terça-feira

Avaliação da versão preliminar do documento será realizada no auditório da Secretaria Municipal de Saúde

A Prefeitura realiza nesta terça-feira, 13, audiência pública de avaliação e aprovação da Versão Preliminar do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Imperatriz, PMGIRS. Coordenada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Semmarh, elaboração e discussão do documento é pré-requisito para resolução de demandas relacionadas às questões ambientais em Imperatriz, a exemplo da construção do aterro sanitário e efetivação da política de coleta seletiva.

A apresentação do documento será realizada no auditório da Secretaria Municipal de Saúde, a partir das 14h. "Esta será a oportunidade de avaliar o conteúdo apresentado, bem como apresentar críticas, sugestões e melhorias para o Plano. Além disso, será o momento de avaliar se as colocações feitas nas Oficinas Comunitárias estão sendo contempladas. Contamos com a presença de toda a comunidade para prestigiar e contribuir com a audiência", destaca Rosa Arruda, secretária municipal de Meio Ambiente.

Além das oficinas realizadas, em fevereiro, para facilitar acesso ao documento, a Prefeitura disponibilizou consulta via internet no link: www.imperatriz.ato.org.br/forums/topic/qualidades-residuos-solidos/. Além da leitura, interessados podem apresentar críticas, sugestões e apontamentos práticos.



Oficinas comunitárias discutiram a proposta em seis polos, inclusive na zona rural

"A participação popular é fundamental para a proposição de melhorias em relação à limpeza pública e à criação e desenvolvimento de programas voltados à política de gestão dos resíduos sólidos, através de ações como coleta seletiva, reciclagem, de responsabilidade do poder público e da comunidade", observa a secretária.

Próximo passo

Após a audiência pública, o documento seguirá à disposição

da comunidade de Imperatriz para contribuir de forma presencial ou no Fórum Online, onde serão reunidas todas as colocações e formalizada a Versão Final do Plano, que será submetida ao julgamento das autoridades, tanto o Executivo quanto a Câmara de Vereadores.

"Durante todo o mês de março a comunidade poderá participar. Cumpridas essas etapas, projeto de lei do Plano de Resíduos Sólidos segue para votação na Câmara no início de abril. Em seguida, começam as discussões do Plano de Coleta Seletiva", detalha o engenheiro ambiental, Alisson Daniel Fernandes, assessor de Projetos Especiais da Semmarh.

(Kayla Pachêco - Ascom)

POLÍCIA



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PAG. 04 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Justiça solta advogado suspeito de participar da máfia do contrabando

Decisão de conceder habeas corpus a Ricardo Jefferson Muniz Belo foi da 3ª Câmara do TJ; pedido dos advogados de Thiago Bardal ainda não foi apreciado

ISMAEL ARAÚJO
Da equipe de O Estado

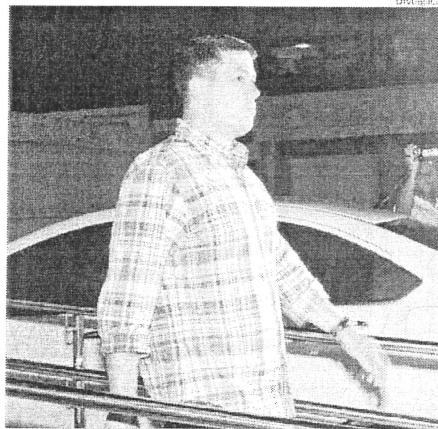
A Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça concedeu, ontem, habeas corpus ao advogado Ricardo Jefferson Muniz Belo, que, segundo a polícia, estava preso desde o último dia 2 sob suspeita de fazer parte de uma organização criminosa especializada em contrabando de mercadorias. Um cerco realizado pela Polícia Militar, na madrugada do dia 22 de fevereiro deste ano, prendeu parte desse bando em um sítio no povoado Arraial, no bairro do Quebra-Pote, zona rural de São Luís.

A decisão pelo deferimento do habeas corpus em favor do advogado Ricardo Belo foi da maioria dos desembargadores da Terceira Câmara Criminal, que alegaram falta de materialidade dos autos, mas o relator do processo, Vicente de Paula, e a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) haviam opinado pela manutenção da prisão do acusado.

Inclusive, os advogados de defesa de Ricardo Belo já haviam tentado um primeiro pedido de habeas corpus no Tribunal de Justiça na semana passada, denegado pelo desembargador plantonista, Kleber Costa Carvalho.

Outros pedidos

Mesmo concedendo a liberdade ao advogado Ricardo Jefferson Muniz Belo, até a tarde de ontem o Tribunal de Justiça não havia apreciado o pedido de habeas corpus impetrado pelos advogados do ex-superintendente estadual de Investigações Criminais, delegado Thiago Bardal. Segundo o secretário de Se-



Ricardo Jefferson Muniz Belo, quando chegou à Seccor para depor

gurança Pública Jefferson Portela, Thiago Bardal seria um dos líderes desse bando. Ele estava acompanhado do advogado Ricardo Belo quando foi abordado pelos militares no dia da prisão de parte da quadrilha, no Quebra-Pote.

A prisão de Bardal somente

plantonista Nelma Celeste de Souza redistribuiu esse pedido de habeas corpus.

De acordo com a magistrada, a redistribuição foi para que não se imputasse qualquer ilegalidade por inércia ao princípio do juiz natural, bem como por considerá-la

ção proferida pela Justiça Estadual assinada pelo juiz da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís, Ronaldo Maciel. Também foi alegado que o delegado está sendo acusado de cometer crime de contrabando, que compete à Justiça Federal, e a peça acusatória ainda está na fase pré-processual de investigação.

Outros presos

Também estão presos, acusados de fazer parte dessa organização criminosa, o ex-comandante do 21º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Antônio Eriverton Nunes de Araújo; o soldado da Polícia Militar Patrick Sérgio Moraes Martins; o coronel Reinaldo Elias Francalanci; o ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa Garcia; o sargento Joaquim Pereira de Carvalho Filho, o soldado Fernando Paiva Moraes Júnior; o soldado Paulo Ricardo Carneiro Nascimento e os civis José Carlos Gonçalves, Eder Carvalho Pereira, Edmilson Silva Macedo e Rodrigo Santana Mendes, que estão em Pedrinhas.

Entenda o caso

Na madrugada do dia 22 de fevereiro, um cerco da Polícia Militar desarticulou uma organização criminosa especializada em contrabando de mercadorias oriunda do Suriname. A base desse bando era um sítio no povoado Arraial, no Quebra-Pote, onde foi presa parte do bando, depois conduzida a sede da Seccor, no bairro São Francisco. Ainda no local, foram apreendidos armas, munições, veículos e carga de cigarro e usque, segundo a polícia, avaliada em torno de R\$ 2 milhões. ●

Desembargador havia negado pedido anterior

ocorreu no último dia 2, em cumprimento a uma ordem judicial. No momento, ele está preso, em uma das celas do presídio destinado aos policiais civis, na Delegacia Especial da Cidade Operária. Ainda no último dia 6, a desembargadora

Quadrilha foi desarticulada no Quebra-Pote

especie, hipótese que não deve ser apreciada em sede de plantão judicial.

Nesse pedido de habeas corpus, a defesa de Bardal alegou que o seu cliente está sofrendo restrição em sua liberdade decorrente de deci-



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Contrabando

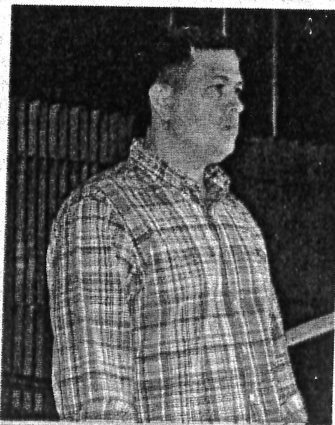
Justiça beneficia com habeas corpus advogado que acompanhava Bardal

NELSON MELO

Foi solto pela Justiça, na manhã dessa segunda-feira (12), Ricardo Jefferson Muniz Bello, advogado que estava preso desde o dia 2 deste mês em virtude do seu suposto envolvimento na quadrilha de contrabandistas desarticulada pela polícia no dia 22 de fevereiro deste ano. O habeas corpus foi concedido a ele pela 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA).

Participaram da análise da soltura de Ricardo Bello os desembargadores Vicente de Paula, Froz Sobrinho e Bayma Araújo, sendo que o pedido foi impetrado pelos advogados do suspeito, Armando Serejo, Sâmara Braúna e Isaac Mousinho Segundo, de um escritório situado em São Luís. A defesa sustenta que inexistiu demonstração de envolvimento ou participação do cliente nos fatos investigados pela Superintendência Estadual de Prevenção e Combate a Corrupção (Seccor).

Ademais, os advogados argumentam que não há



O advogado Ricardo Bello estava preso desde o dia 2 e foi beneficiado com habeas corpus ontem

necessidade de Ricardo estar preso, uma vez que a sua liberdade não ameaça a ordem pública, a instrução processual e a aplicação da lei penal. Bello estava aguardando o desenrolar do inquérito em uma cela especial do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A PRISÃO DO ADVOGADO

Ricardo foi capturado depois

GILSON FERREIRA

da decretação da sua prisão preventiva, expedida pelo juiz Ronaldo Maciel, da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Luís. No mesmo dia, igualmente por determinação judicial, foi preso o delegado Thiago Matos Bardal, ex-superintendente estadual de Investigações Criminais (Seic), que estava acompanhado do advogado, no Arraial, área do Quebra Pote, zona rural da capital, quando as forças policiais faziam a operação que culminou na descoberta de um sítio utilizado pelo bando para o contrabando de mercadorias, como cigarros e bebidas.

ENTENDA O CASO

Por volta da meia-noite do dia 22 de fevereiro, foram presos o major Luciano Fábio Farias Rangel, o 2º sargento Joaquim Pereira de Carvalho Filho e o soldado Fernando Paiva Moraes. O ex-vice-prefeito de São Mateus, Rogério Sousa Garcia, também foi preso. Ele foi apontado como o articulador de todas as operações que aconteciam no sítio do Quebra Pote, que era a porta de entrada do contrabando. A operação apreendeu diversas armas, drogas

e contrabando. Além do sítio, os materiais foram localizados em duas carretas, dois galpões e outros veículos menores. Além desses já citados, foram presos outros envolvidos, como o tenente-coronel Eriverton Nunes Araújo, ex-comandante do 21º Batalhão de Polícia Militar (BPM), que foi encontrado em Belém, no Pará, e também tinha contra si mandado de prisão preventiva. Ele chegou a São Luís em um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA) no dia 7 deste mês.

GALPÕES FECHADOS

Até agora, três depósitos utilizados pela quadrilha foram descoberto pela operação, sendo um no sítio do Arraial (Quebra Pote), outro na Vila Esperança e o último na comunidade do Rio Grande, na área do Maracanã, zona rural de São Luís. Segundo contabilizado pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão (SSP-MA), aproximadamente R\$ 100 milhões em produtos contrabandeados já foram apreendidos pela polícia desde o início das incursões.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos (X) Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

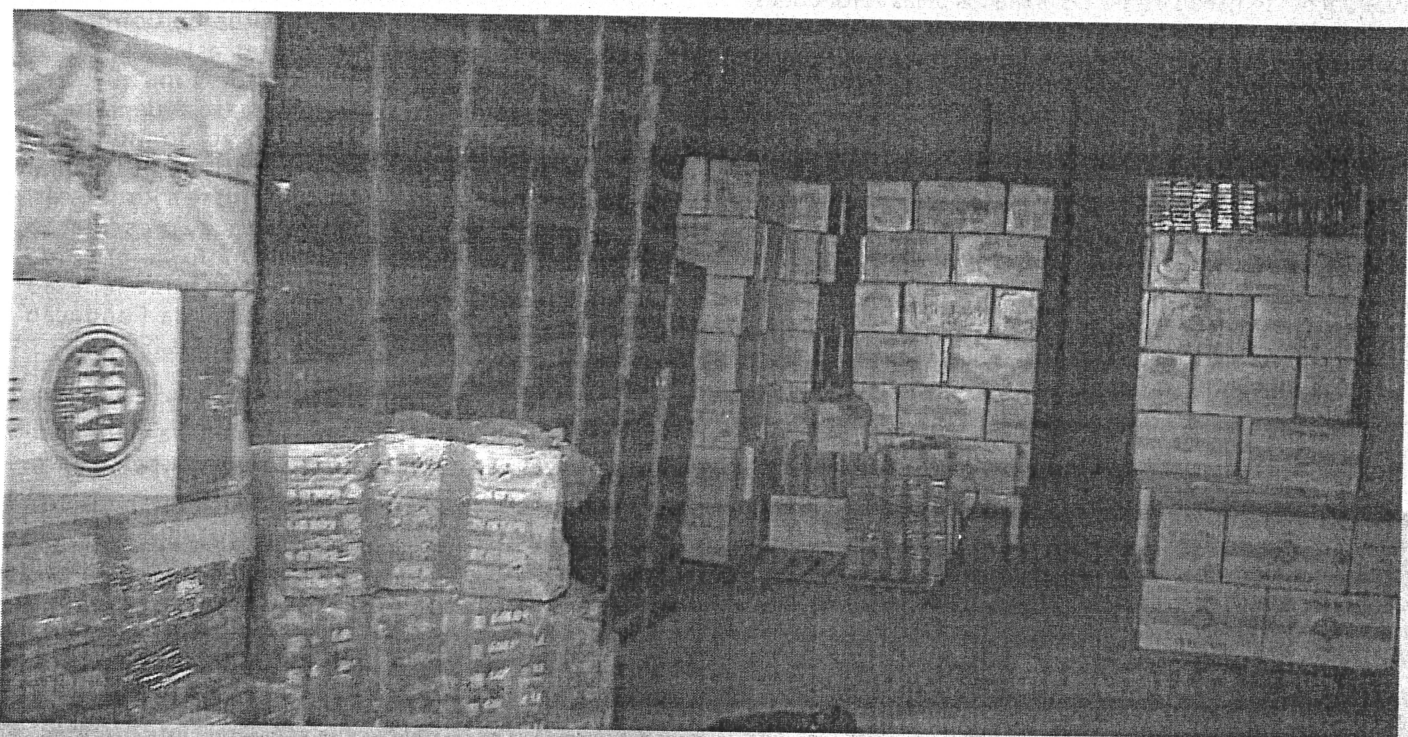
EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 07 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

CONTRABANDO

Advogado suspeito de participação recebe habeas corpus



Galpão com supostos produtos contrabandeados foi encontrado no bairro Matinha, em São Luís

G1 MA - A terceira câmara criminal de São Luís, em sua maioria, concedeu ontem (12) um habeas corpus para o advogado Ricardo Bello, que estava preso desde o último dia 27 de fevereiro. Ele é suspeito de envolvimento com uma organização criminosa que, segundo as investigações da Secretaria de Segu-

rança Pública (SSP), atuava no contrabando de bebidas e cigarros com a participação de vários policiais militares, inclusive da alta cúpula da segurança no Maranhão.

No dia 02 de março, o advogado já havia tentado sair da prisão por meio de um habeas corpus, mas o pedido foi negado pelo desembarga-

dor Cléber Costa Carvalho.

Segundo a SSP, Ricardo estava junto com o ex-superintendente de investigações criminais, Thiago Bardal, no dia da operação que flagrou policiais em um porto onde estariam chegando mercadorias contrabandeadas. Segundo as investigações, Bello dava suporte para a

organização criminosa.

A prisão de Ricardo Bello ocorreu no mesmo dia em que foi decretada a prisão de Thiago Bardal, no dia 02 de março. Antes da prisão, ele já havia prestado um depoimento com versões diferentes das que foram contadas pelo ex-superintendente de investigações.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate <input type="checkbox"/> Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog			
EDITORIA			
<input type="checkbox"/> Política () Cidades / Vida () Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia () Outros			
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	04 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Suspeitos da morte de Nenzim vão ser ouvidos ainda hoje

Audiência de instrução será presidida pelo juiz Antônio Queiroga, no fórum de Barra do Corda, para onde *Junior de Nenzim* e *Luizão* serão levados

Os suspeitos pelo assassinato de Manoel Mariano de Sousa, o Nenzim, ex-prefeito de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa Filho, o *Junior de Nenzim*, e o vaqueiro Luizvan Rodrigues da Conceição Nunes, o *Luizão*, vão participar da primeira audiência de instrução, programada para a tarde desta terça-feira, 13, no Fórum de Barra do Corda. A vítima foi morta a tiros na zona rural dessa cidade, no dia 6 de dezembro do ano passado.

A sessão dessa audiência vai ser precedida pelo juiz Antônio Queiroga Filho, com participação do promotor de Justiça, Edilson Santana. Os dois suspeitos estão presos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas e devem chegar ainda hoje, no período da manhã, a Barra do Corda. Eles devem ir diretamente ao fórum, onde ficarão sob a guarda de um forte aparato policial.

A assessoria de comunicação da Corregedoria de Justiça informou que primeiramente devem ser ouvidos pelo magistrado e promotor de Justiça as testemunhas e, logo depois, os dois suspeitos, que prestarão esclarecimentos sobre o caso. Existe possibilidade, ainda, de este semestre haver outras audiências.

Reprodução simulada

No último dia 2, foi realizada a re-



Junior de Nenzim será interrogado em audiência em Barra do Corda

produção simulada do assassinato do ex-prefeito de Barra do Corda, mas os dois suspeitos desse crime não participaram em razão de uma decisão judicial expedida pelo juiz da 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda, Iran Kurban Filho.

O delegado Renilton Ferreira, da regional de Barra do Corda, informou que policiais civis e peritos do Instituto de Criminalística de Imperatriz conduziram a reprodução simulada. Os dois suspeitos foram substituídos por outras pessoas em todas as etapas da simulação. A primeira foi feita na porta da residên-

cia de *Junior de Nenzim* e a segunda na casa da vítima. A terceira etapa foi realizada no local onde o ex-prefeito foi alvejado, no loteamento Morada do Rio Corda, às margens da BR-226, na saída da cidade.

Para o delegado, os peritos do ICRIM descartaram por completo as alegações apresentadas por *Junior de Nenzim* e colocaram com muita certeza a participação do vaqueiro Luizão no crime. "A reprodução simulada serviu para retirar dúvidas sobre a investigação desse caso", declarou o delegado. ●

Preso em Icatu dupla suspeita de praticar um homicídio

Adupta criminosa Luis Alcides Vieira Galvão, o *Nenê*, de 32 anos, e José Luis Rabelo dos Santos Filho, o *Cottinho*, de 22 anos, foi presa em flagrante na madrugada de ontem acusada de ter assassinado Sérgio Gomes, de 39 anos, no povoado Ananais, zona rural de Icatu. A dupla já havia programado a fuga para a Região Metropolitana de São Luís, mas foi presa antes de tomarem o barco.

O major Pereira, comandante do 27º do Batalhão da Polícia Militar, informou que a guarnição foi informada de que os dois criminosos haviam cometido um assassinato nessa localidade. Os militares começaram a fazer rondas na região e conseguiram prender os acusados quando tentavam entrar em uma embarcação, no povoado Itambá, nessa cidade, e desembarcariam no município de São José de Ribamar.

Com os criminosos, a polícia apreendeu dinheiro e três armas de fogo. Eles foram apresentados na Delegacia Regional de Rosário, onde foram autuados.

Acidente

Uma mulher, identificada apenas como Socorro, foi atropelada e morta por um veículo não identificado, na Avenida Presidente Vargas, no centro de Chapadinha, no início da tarde de ontem. Segundo informações da polícia, a vítima sofreu um corte profundo na cabeça, e o condutor do veículo fugiu sem prestar socorro. A Polícia Civil vai investigar esse caso. ●

Corpo estrangulado achado no Cururuca

Fato ocorreu no fim de semana em Paço do Lumiar e está sendo investigado pela SHPP

O corpo de Edson Araújo Alves, idade não revelada, foi encontrado por populares com sinais de estrangulamento ontem, em via pública, na MA-204, no povoado Cururuca, na cidade de Paço do Lumiar.

De acordo com as informações da polícia, os peritos do Instituto de Criminalística confirmaram sinais de estrangulamento no corpo da vítima. Há possibilidade de esse crime ter ocorrido há dois dias.

O corpo foi removido ao Instituto Médico Legal (IML), no Bangua, para ser periciado. O caso está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Homicídio e Proteção a Pessoas (SHPP), mas até o início da noite de ontem não havia registro de prisão dos acusados.

Mais morte

A polícia ainda ontem não havia efetuado a prisão dos acusados dos três assassinatos ocorridos no último

domingo em Imperatriz. Uma das vítimas foi Weiler Freitas Pinheiro, de 17 anos. Segundo a polícia, o adolescente foi baleado por homens não identificados, na Vila Vitória. Ele ainda foi levado para o Hospital Municipal de Imperatriz, mas já chegou à casa de saúde sem vida.

Outra vítima foi Iralton Sousa Santos, idade não revelada. Segundo a polícia, ele foi assassinado a tiros por homens não identificados, no bairro Santa Rita. Os acusados fugiram em uma motocicleta, de marca e placa não identificadas.

Também nesse dia, foi morto Daniel da Silva Nascimento, no bairro Muirão, a golpes de faca. O corpo dele foi removido para o IML de Imperatriz para ser periciado e logo depois foi liberado para os familiares. O caso está sendo investigado pela Delegacia de Homicídios e Proteção a Pessoas, que é coordenada pelo delegado Praxisteleu Martins. ●

Maranhense é morto a tiros em Rondônia

Este foi o segundo caso de maranhenses mortos fora do estado em menos de uma semana

Mais um maranhense foi assassinado fora do estado. Segundo a polícia, foi o segundo caso em menos de uma semana. No último dia 10, um homem, identificado apenas como Wesley, da cidade de Dom Pedro, foi morto a tiros no estado de Rondônia. O corpo dele até ontem não havia chegado ao Maranhão.

A Polícia Civil de Rondônia informou que a vítima estaria mantendo um relacionamento com a namorada de um traficante, nome não revelado. O corpo dele foi encontrado por populares e no local havia cápsulas de pistola 380.

Outro caso recente ocorreu no dia 8 deste mês em Jericoacoara, no Ceará, quando foi morto a

tiros o ex-policia militar do estado de São Paulo, Silver Max Cavalcante Lopes, natural de São Luís. O crime ocorreu no povoado Itioca, na região norte do Ceará. Ainda de acordo com as informações da polícia cearense, a vítima havia deixado a polícia paulista e morava nessa cidade do Ceará, onde era proprietário de uma fábrica de gelo, mas vivia recebendo ameaça de morte de traficante de droga.

No dia do crime, a vítima foi abordada dentro de sua empresa, foi atingida com três tiros e morreu no local. Os acusados fugiram e até ontem não haviam sido identificados pela Polícia Civil, que está investigando o caso. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia () Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 2 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

‘Júnior do Nenzim’ será ouvido em audiência no fórum de Barra do Corda

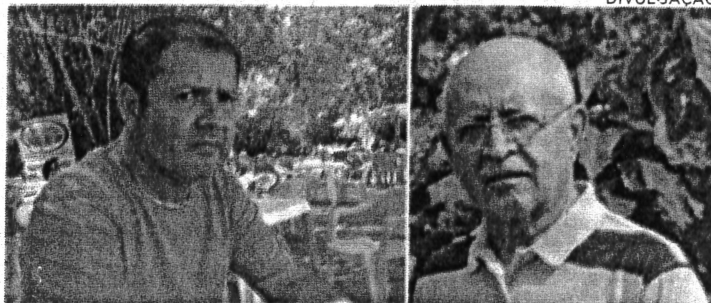
Será ouvido, nesta quarta-feira (13), no Fórum de Justiça da cidade de Barra do Corda, Manoel Mariano de Sousa Filho, o “Júnior do Nenzim”, de 47 anos, também conhecido como “Vaqueiro da Barra”. Ele é acusado pela morte do próprio pai, Manoel Mariano de Sousa, o “Nenzim, 79, ex-prefeito daquele município que foi assassinado a tiros no dia 6 de dezembro de 2017.

Esta será a primeira audiência naquele fórum com “Júnior do Nenzim”, que vai ser levado ao local em um helicóptero do Centro Tático Aéreo (CTA), pois ele está preso desde o dia 8 de dezembro do ano passado no Complexo Penitenciário São Luís por conta deste assassinato. Além dele, também foram presos Luzivan Rodrigues da Conceição Nunes, conhecido pela alcunha de “Luizão”, que era funcionário da

fazenda de “Nenzim”; e Francisco David Correia de Freitas, primo de “Vaqueiro da Barra”.

A PRISÃO DE MARIANO

O filho do ex-prefeito foi capturado no dia 8 de dezembro, durante a madrugada, na casa de um amigo, em Barra do Corda, por equipes da SHPP, da Polícia Militar e da Delegacia Regional da cidade. Juntamente com ele, foram presos o seu primo Francisco David e Luzivan Rodrigues, por força de mandados de prisão temporária. Este último teria sido o responsável por avisar Mariano de que o pai dele iria fazer uma contagem de gados no imóvel no dia 6, data do assassinato, o que levou “Júnior do Nenzim” a planejar imediatamente a morte do seu genitor ao oferecer carona a ele até o local, mas, no percurso, matou a vítima.



Mariano Filho é apontado como o autor dos disparos que mataram o seu próprio pai, o ex-prefeito “Nenzim”

À polícia, “Vaqueiro da Barra” alegou que dois homens em uma moto interceptaram o veículo Ford Ranger e atiraram no pai dele. Entretanto, a Perícia Criminal comprovou que esses suspeitos nunca existiram e nunca estiveram lá. E que o autor dos disparos foi, na verdade, o próprio Mariano Filho. A arma de fogo utilizada no crime, no entanto, ainda não foi encontrada.

MOTIVAÇÃO

Como a SHPP e a Delegacia Regional de Barra do Corda apuraram, Mariano Filho estava furtando gados da fazenda do

pai para pagar dívidas de sua campanha para a Prefeitura de Barra do Corda. O vaqueiro “Luizão” – que acabou sendo solto pouco depois por falta de provas que o incriminava e logo em seguida preso novamente – ajudava “Júnior do Nenzim” nessa empreitada, que era feita na calada da noite ou quando o ex-prefeito não estava lá.

Das 635 cabeças, restavam apenas uma média de 60. Esse sumiço dos bovinos iria ser detectado pela vítima caso chegasse ao imóvel no dia 6 de dezembro, mas o filho o matou no caminho com um disparo no pescoço. (NELSON MELO)

DIVULGAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia

Outros

DATA

13 / 03 / 2018

PÁG.

04

() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Gilmar Mendes concede a Porto acesso ao sigilo

Pedido ao STF foi feito pelos advogados do acusado, que não tinham conseguido no tribunal do Maranhão

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, concedeu aos advogados de defesa do empresário Lucas Leite Ribeiro Porto acesso ao conteúdo da quebra do sigilo telefônico do seu cliente. Porto está preso no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, acusado de ter estuprado e assassinado a sua ex-cunhada, a publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa, no dia 13 de novembro de 2016. O crime ocorreu no apartamento da vítima, no bairro do Turi.

Os advogados de Lucas Porto, anteriormente, haviam tentado ter acesso a esse conteúdo por meio de solicitação feita ao juiz da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Junior, e ao próprio Tribunal de Justiça do Maranhão, mas foi negado.

A defesa de Lucas Porto, então, impetrou esse pedido ao STF, sob alegação de que seu cliente estava sendo prejudicado devido à não liberação dessas informações. Na decisão judicial, Gilmar Mendes acabou deferindo o pedido no último dia 7, mas a imprensa somente teve acesso a essa decisão ontem.

O ministro declarou que é injustificável impedir o acesso ao procedimento investigatório em questão, uma vez que dificulta o

pleno exercício da defesa, nomeadamente porque não há, por parte da autoridade judiciária, indicação de que se trate de diligência em andamento ou de prova ainda não documentada, hipóteses em que o sigilo também pode atingir partes e defensores.

Processo

O processo sobre o assassinato de Marina Costa está sob análise do juiz titular da 4ª Vara do Tribunal do Júri, José Ribamar Goulart Heluy Junior. Ele declarou que o andamento desse processo foi suspenso desde maio do ano passado, após os advogados de defesa terem solicitado exames de sanidade mental de seu cliente durante a audiência de instrução ocorrida no fórum.

O acusado foi submetido a esses exames desde agosto do ano passado, sob a responsabilidade dos peritos psiquiátricos e psicólogos forenses do Hospital Nina Rodrigues, no bairro Monte Castelo. O magistrado também informou que no começo deste mês os resultados desses exames foram encaminhados ao Poder Judiciário, mas os advogados de Porto haviam solicitado esclarecimentos sobre alguns pontos dos laudos. Somente após essa etapa o processo será retomado e voltará a tramitar. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

() O Estado do MA () O Imparcial Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate
() Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog

EDITORIA

() Política () Cidades / Vida () Geral Polícia Outros

DATA 13 / 03 / 2018 PÁG. 12 () Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Sigilo telefônico Gilmar Mendes concede à defesa de Lucas Porto acesso a conteúdo

Foi concedido, pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o acesso ao conteúdo da quebra do sigilo telefônico de Lucas Ribeiro Porto, empresário acusado pelo estupro e assassinato da publicitária Mariana Menezes de Araújo Costa Pinto, de 33 anos, sobrinha-neta do ex-presidente da República José Sarney. A quebra dos registros telefônicos havia sido determinada pelo juiz José Ribamar Goulart Heluy Júnior, da 4ª Vara do Tribunal do Júri. A defesa de Porto já tinha tentado obter acesso ao conteúdo junto ao próprio José Heluy e ao Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), mas os pedidos foram negados pelas partes. Assim sendo, os advogados solicitaram ao STF esse acesso, sob a alegação de que Lucas estava sendo prejudicado por conta da não liberação dessas informações. Ao analisar o caso, o ministro Gilmar Mendes determinou a liberação dos conteúdos da quebra do sigilo telefônico.

O CRIME

A publicitária Mariana Menezes

de Araújo Costa Pinto, como foi amplamente divulgado, foi encontrada morta na tarde de dia 13 de novembro de 2016, no nono andar de um condomínio na Avenida São Luís Rei de França, no Turu, em São Luís. Ela havia acabado de chegar do restaurante com Lucas Porto e outros familiares, em uma espécie de confraternização, e depois se deitou no quarto, para descansar um pouco, enquanto Porto saiu do apartamento. Logo em seguida, o empresário retornou ao apartamento e invadiu o quarto da cunhada. De imediato, ele forçou uma relação sexual e acabou estuprando Mariana, para depois matá-la por asfixia com o uso de um travesseiro. Na sequência, Lucas Porto fugiu do local, mas as câmeras de segurança do condomínio filmaram a presença dele no ambiente, o que foi crucial para que fosse apontado como o principal suspeito pela morte de Menezes. A partir de uma investigação da Superintendência de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP), ele foi preso. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
() O Estado do MA	() O Imparcial	() Pequeno	(X) O progresso
() Atos e Fatos	() Debate	() Extra	() A tarde
() Correio de Notícias	() O 4º poder	() Internet / Blog	
EDITORIA			
() Política	() Cidades / Vida	() Geral	(X) Polícia
			Outros
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	08
		() Gerada	() Espontânea
		() Positiva	() Negativa

TERÇA, 13 DE MARÇO DE 2018

Três homicídios e uma tentativa registrados em Imperatriz no domingo

Neste mês de março, já foram registrados 10 assassinatos, elevando para 34 desde janeiro

Três homicídios foram registrados em Imperatriz nesse domingo, 11, em pontos diferentes da cidade, aumentando para 10 o número desse tipo de crime em março e para 34 de janeiro até agora.

O primeiro caso aconteceu por volta de 2 horas da madrugada, tendo como vítima o adolescente de 17 anos de iniciais W.F.P., que foi

assassinado a tiros quando se encontrava em via pública na Avenida Castelo Branco, Vila Vitória, periferia de Imperatriz.

O adolescente morreu no local do crime. Um amigo da vítima, que se encontrava próximo, também foi alvejado. Ele está internado no Hospital Municipal de Imperatriz e ainda corre risco de morte.

Homens são presos em Imperatriz acusados de tentativa de homicídio em Senador La Rocque



João Marcos e Antonio José são acusados de homicídio tentado

Policiais militares da Malha Metropolitana realizaram ontem a prisão de João Marcos Baista de Sousa, 19 anos, e Antonio José da Cruz Fonseca, 35 anos, que são acusados de uma tentativa de homicídio na cidade de Senador La Rocque, dis-

tante 30 km de Imperatriz. João Marcos e Antonio José foram presos acusados de tentativa de homicídio, cuja vítima foi Raimundo Ferreira Silva, 51 anos, fato ocorrido por volta de 14 horas dessa segunda-feira, 12, na Vila Pokemon,

em Senador La Rocque.

João Marcos e Antonio José invadiram a casa da vítima e Antonio José foi quem fez o disparo, depois de João Marcos arrebentar a porta. Raimundo Ferreira foi alvejado no tórax, mas ainda sacou um facão e golpeou Antonio José na cabeça.

Raimundo Ferreira foi submetido a intervenção cirúrgica e ainda se encontra internado no Socorão. Seu estado de saúde inspira cuidados.

João Marcos e Antonio José foram presos quando também se encontravam no Socorão, para onde foram após os golpes recebidos.

Os dois acusados foram levados para a Delegacia de Polícia Civil de João Lisboa, onde foram autuados em flagrante delito pelo delegado Diego Schiavini, titular daquela unidade policial.

Três pessoas foram presas pela PRF no fim de semana

As três ocorrências se deram em fiscalizações de rotina nas Unidades Operacionais da PRF na região; duas foram por embriaguez ao volante

No final da sexta-feira, 9 de março, por volta das 23h, um homem foi preso em Açailândia dirigindo uma motocicleta Yamaha XTZ, 150 embriagado. O teste acusou índice de 0,99 mg/L. O veículo ficou retido.

O segundo flagrante envolvendo direção e álcool ocorreu em Imperatriz, por volta das 23h do sábado (10). Um condutor de um Fiat/Uno realizou o teste do bafômetro que apresentou resultado de 0,74 mg/L. O automóvel foi retido por apresentar diversas infrações de trânsito.

Em Porto Franco, no final da tarde de sábado (10), um GM/Cobalt foi recuperado

com ocorrência de roubo/furto. O condutor do veículo foi preso e encaminhado para a Polícia Civil em Estreito.

Outras ocorrências

Houve registro de apenas um acidente ocorrido em Açailândia, na BR-222, colisão frontal entre uma motocicleta e uma picape, que deixou uma pessoa com ferimentos leves.

Nesse período foram realizados 134 testes de etilômetro, fiscalizados 305 veículos e 365 pessoas. Ainda foram extraídas 103 autuações, sendo 13 por ultrapassagens indevidas.



Iralton Alves dos Santos foi morto na JK

O segundo homicídio aconteceu por volta das 21h40, na Avenida JK, bairro Santa Rita, em frente à Igreja Filadélfia. A vítima foi o mecânico de motos Iralton Alves dos Santos, 29 anos, assassinado a tiros.

O terceiro homicídio aconteceu no Mutirão, que fica localizado na Vila Zenira, área periférica, por volta das 22h, vítima de arma branca. O crime aconteceu na Rua da Esperança, a vítima identificada por Daniel da Silva Nasci-



Daniel da Silva Nascimento foi assassinado no Mutirão, Vila Zenira

mento, 35 anos, recebeu várias perfurações por arma branca, tendo morrido no local.

Investigações - A equipe da Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) tomou conhecimento dos três homicídios e já iniciou as investigações para elucidá-los. A primeira linha de investigação é de que todos os crimes foram por acerto de contas, tendo em vista que as vítimas tinham envolvimento com atos criminosos.

Preso mais um homem acusado de estupro no Teotônio Vilela

O Grupo de Serviço Avançado (GSA) do 14º BPM prendeu nesse domingo, 11, José Gomes Júnior, 30 anos, acusado de estupro no residencial Teotônio Vilela. Esse é o segundo acusado preso em uma semana.

Após denúncias das próprias vítimas e já de posse das informações, os policiais militares do Serviço de Inteligência conseguiram descobrir o endereço de José Gomes, mas não o encontraram nas duas vezes que foram até ao local.

Para surpresa dos policiais, na manhã desse domingo, 11, José Gomes foi preso na área do 3º BPM por roubo, arrombamento e ameaça.

Diante dos fatos, os polici-

ais do Grupo de Serviço Avançado (GSA) fizeram contato com as vítimas, conduzindo as mesmas até a Delegacia de Polícia Civil para que fizessem o reconhecimento do elemento para instauração do inquérito policial pelo crime de estupro. As vítimas reconheceram José Gomes como sendo a pessoa que as molestaram sexualmente.

Inicialmente, José Gomes foi autuado em flagrante delito por roubo qualificado e a autoridade policial de plantão representou pelo pedido de prisão preventiva dele por estupro. José Gomes já se encontra na Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz - UPRI.



José Gomes Júnior foi reconhecido pelas vítimas

Fotos: Divulgação



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA	<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	() Pequeno	() O progresso	() Atos e Fatos
() Extra	() A tarde	() Correio de Notícias	() O 4º poder	() Internet / Blog
EDITORIA				
() Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Vida	() Geral	() Polícia	Outros
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	07	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

Dez meses de angústia

JULIANA RIBEIRO

O caso de desaparecimento da adolescente Lorena da Silva Furtado, de 16 anos, pode estar prestes a ser desvendado, dez meses após o ocorrido. A Polícia Civil encontrou ossada enterrada em matagal no Bairro Luiz Fernando, Paço do Lumiar, na última sexta-feira, 9. A jovem foi vista pela última vez no dia 6 de maio de 2017, em uma casa de show localizada na Estrada de Ribamar. Lorena deixou um filho de dois anos, e há suspeitas de que ela estaria grávida.

A Polícia localizou os restos mortais a partir do depoimento de dois suspeitos presos na semana passada. Um deles confessou o crime, forneceu todos os detalhes e levou os policiais até o matagal. De acordo com o pai de Lorena, Roberto Furtado, a filha teria conhecido os homens durante uma festa. "Ela tinha uma necessidade de amizade, de conhecer as pessoas. Acreditava, confiava muito nas pessoas. Eu sempre dizia pra ela: 'minha filha, não confie muito nas pessoas. Existe muita pessoa ruim no mundo'", diz Roberto.

De acordo com o pai da jovem, existem algumas hipóteses a respeito do que teria motivado o crime. "Eles passaram o dia brincando, se divertindo, bebendo. Foram pra essa Luís Fernando. Eu tenho certeza que forçaram minha filha a alguma coisa. Eu conheço minha filha. Ela não ficava com qualquer um, porque ainda gostava de uma pessoa", diz Roberto. "Além de estuprar, matar, ainda mataram o filho dela, que ela estava esperando", completa.

Perda e revolta

Lorena da Silva Furtado deixou um filho de dois anos. "Ele ainda sente muito. No dia que



Lorena Furtado sumiu em maio de 2017 e ossada foi encontrada sexta

RELEMBRE O CASO

A adolescente Lorena da Silva Furtado, de 16 anos, foi para uma casa de snow na Estrada de Ribamar, no dia 6 de maio do ano passado. De acordo com a família, a jovem saiu por volta das 19h, sozinha, e chegou a lugar para o pai no dia 7, de madrugada, e às 10h para ele. No período da tarde, entrou em contato com a ex-sogra, e, após isto, nunca mais fez contatos com ninguém. As ligações foram feitas através do celular de uma amiga. Desde o início, a família descartou a hipótese de sumir voluntário. Amigos e parentes passaram a se manifestar nas redes sociais no intuito de descobrir o que teria acontecido à jovem.

descobriram a ossada, ele passou o dia todinho triste. No começo ele chorou muito, passou duas semanas chorando sem dormir, com falta da mãe dele, porque ela era muito grudada com ele", conta o avô da criança.

Para a família, foram dez meses de angústias. "Aquele desespero de não saber se ela estava viva, morta", como diz o pai de Lorena. "Durante dez meses foi uma luta constante, toda semana em delegacia, toda semana em Ministério Público, Defensoria. Sempre correndo atrás pra ver se tinha alguma resposta. A nossa esperança era que prendesse alguém pra que justamente falasse o que aconteceu", comenta.

"A gente fica muito desesperado com isso. A crueldade,

a maldade, a covardia de matarem minha filha por motivo fútil. A gente fica muito revoltado com essas coisas", diz Roberto. A notícia de que a polícia havia encontrado a ossada foi dada pelo delegado Damasceno, um dos responsáveis pelas investigações. "Ele ligou pra gente e disse: 'óhla, infelizmente, nós não temos notícia boa', e falou que a pessoa confessou", conta.

Ainda revoltado com a perda, o pai de Lorena avalia a situação como "vários tempos de tristeza". "Foi o tempo quando ela desapareceu, o tempo quando acharam a ossada, agora vai ser o tempo de enterrar minha filha. E o tempo que a gente vai passar o resto da vida pensando, porque essa dor ali-

Família da jovem Lorena da Silva, desaparecida desde maio de 2017, acredita que ossada encontrada na última semana pertence a ela

via, mas não passa. É a dor da alma, que eu não conhecia e agora eu sei", diz.

Investigações

A Polícia realizou, na semana passada, diligências ligadas ao inquérito do desaparecimento da jovem. Foram capturados e ouvidos pela Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente (DPCA) e Seccional Norte dois suspeitos envolvidos no desaparecimento da jovem Lorena. O local onde a ossada estava enterrada foi indicado por um dos homens, que detalhou o crime à Polícia. As informações contidas no depoimento, no entanto, ainda não foram divulgadas.

Os restos mortais passarão por análise e serão comparados ao material genético de Lorena, para, então, confirmar se a ossada pertencem ou não à jovem. A família, no entanto, já tem como certo que o corpo pertença à adolescente. "A pessoa não ia confessar e mostrar um corpo de outro, pra culparem ele de dois crimes. Então, a gente tem essa concepção de que realmente é ela, porque ele mostrou, disse que era ela", explica Roberto Furtado.

"A gente espera que eles [os suspeitos] não sejam soltos, não seja mais um caso. Porque a polícia prende, a justiça solta. Eu não quero que isso aconteça, eu quero que eles paguem pelo crime deles. É o mínimo que a justiça e a polícia podem fazer, porque é revoltante. Minha filha tinha no máximo 1,50m. As pessoas que fizeram isso, acho que o mais baixo tem 1,70m. São homens. Além de altos, são mais fortes do que ela. Foi uma injustiça", comenta o pai. "Eu quero que não pare por aqui, que não seja só mais um caso. Que nem o da Mariana, que nem o da Mehinha que mataram e estava dentro de casa. A gente precisa de justiça, de uma resposta da Justiça", completa.

AEROPORTO..... Incêndio em caminhão quase explode avião

Na madrugada de ontem, uma tragédia foi evitada pela coragem de uma pessoa. O caso aconteceu por volta das 4h20, no Aeroporto Internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, em São Luís.

De acordo com informações, um caminhão do restaurante responsável por abastecer os aviões com as refeições teria pegado fogo no momento que estava embaixo da aeronave. O veículo

estava abastecendo um avião da empresa Gol, que seguiria voo para São Paulo, quando incendiou. A aeronave já estava com 130 passageiros.

A tragédia só foi evitada pela coragem do motorista do caminhão, pois, mesmo em chamas, ele conseguiu tirar o veículo e o afastar da aeronave. O voo foi cancelado e o Corpo de Bombeiros acionado imediatamente, chegando ao aeroporto por volta das 4h40.

Resposta da Infraero

A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) esclareceu que o caminhão da "bomissar a Pálheta" pegou fogo quando atendia a uma aeronave da Gol Linhas Aéreas. Os bombeiros do Infraero no aeroporto agiram rapidamente e apagaram as chamas. Ninguém ficou ferido e nem houve alteração nas demais programações do Aeroporto Internacional de São Luís.

CONTRABANDO..... Advogado Ricardo Belo consegue habeas corpus

Na manhã de ontem, a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão concedeu habeas corpus para o advogado Ricardo Jefferson Munis Belo, preso acusado de integrar uma organização criminosa no Maranhão, descoberta no dia 22 de fevereiro, durante operação conjunta das polícias Civil e Militar.

Se fizeram presentes no julgamento os desembargadores Bayma Araújo, Froz Sobrinho e o relator substituto Vicente de Paula. Na ocasião, a maioria dos desembargadores votou a favor de Ricardo.

Operação

No início da madrugada do dia 22 de fevereiro, guarnições das polícias Civil e Militar deram início a uma ope-

ração no povoado Arraial, no distrito do Quebra-Pote, para dar combate a uma organização criminosa que receberia carregamento de mercadorias e armas contrabandeadas, através de barco atracado em porto particular. Nos arredores da operação, o delegado Thiago Bardal e o advogado Ricardo Belo transitavam em veículo e foram abordados pelos policiais que realizavam a operação.

Durante a primeira coletiva para apresentar os resultados da operação, o Secretário de Segurança Pública, Jefferson Portela, informou que a operação ainda não foi finalizada, pois há indícios de envolvimento de várias pessoas, inclusive de servidores públicos e políticos, sendo caracterizado como organização criminosa.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO	
() O Estado do MA () O Imparcial (X) Pequeno () O progresso () Atos e Fatos () Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog	
EDITORIA	
() Política () Cidades / Vida () Geral (X) Polícia Outros	
DATA	13 / 03 / 2018
PÁG.	12
() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa	

Ossada encontrada em Ribamar pode ser de jovem desaparecida desde maio de 2017

A família de Lorena Luiza da Silva Furtado, de 16 anos, que está desaparecida desde maio de 2017, acredita que a ossada encontrada na noite de sexta-feira (9), na Vila Luís Fernando, no município de São José de Ribamar, seja da jovem. O esqueleto foi achado após a prisão de um dos suspeitos pelo crime, que conduziu a Polícia Civil a um matagal onde Lorena teria sido estuprada e enterrada.

A ossada foi encontrada por volta das 22h, logo depois que a Seccional Norte, liderada pelo delegado Carlos Damasceno, e pela Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA), por meio da delegada Ana Zélia, prenderam dois envolvidos no desaparecimento de Lorena.

Os restos mortais estavam em um matagal e seriam da adolescente, que está desaparecida desde 6 de maio do ano passado, quando saiu de casa para ir a uma casa de show localizada na Estrada de Ribamar. Ela morava o Conjunto Maiobão, em Paço do Lumiar, e era mãe de uma criança de um ano e seis meses. Lorena tinha saído de sua residência por volta das 19h, e, nesse intervalo, ligou para os pais por quatro vezes do celular de uma amiga. A partir dali, não deu mais notícia e desapareceu. O esqueleto, que seria dela, foi encontrado após a prisão preventiva de dois envolvidos

nesse caso. Um dos suspeitos acabou confessando onde havia enterrado a vítima e conduziu as equipes da Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente (DPCA) e da Seccional Norte ao local.

O pai da vítima, Roberto Furtado, disse que a filha conheceu esses homens durante uma festa e, logo depois, provavelmente, os suspeitos a levaram à Vila Luís Fernando, obrigando-a a fazer sexo eles, mas a adolescente teria se recusado, ao que foi estuprada e depois morta covardemente. Embora o criminoso tenha indicado o local exato onde estava os restos mortais, somente a Perícia Criminal, por meio do exame de DNA, vai confirmar se o esqueleto pertence ou não a Lorena, a partir da coleta de material genético dos pais.

FIM DE SEMANA

Um adolescente de 16 foi a primeira vítima do fim de semana, tendo sido assassinado com disparos de arma de fogo na Santa Clara, em São Luís, na noite de sexta-feira, por volta das 21h. Na noite de sábado (10), perto das 19h, mataram Marcos Antônio Gomes Serra, 47, no bairro da Liberdade, também na capital maranhense. Já no domingo, no fim da madrugada, houve mais um homicídio, mas na Vila Esperança, onde foi executado a tiros Vanilson Cardoso Gomes, 28. (NM)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
() O Estado do MA () O Imparcial () Pequeno () O progresso () Atos e Fatos (<input checked="" type="checkbox"/>) Debate () Extra () A tarde () Correio de Notícias () O 4º poder () Internet / Blog				
EDITORIA				
() Política () Cidades / Vida () Geral (<input checked="" type="checkbox"/>) Polícia		Outros		
DATA	13 / 03 / 2018	PÁG.	07	() Gerada () Espontânea () Positiva () Negativa

CONDENAÇÃO

Em 7 de março, o Tribunal do Júri da Comarca de Barra do Corda condenou Genalino Arrais Pereira a 16 anos e seis meses de prisão, em regime inicial fechado, pelo assassinato de Isac Chaves Andrade, cometido em 26 de agosto de 2005. A tese de homicídio qualificado por motivo torpe foi defendida pelo promotor de justiça Raimundo Benedito Barros Pinto. Proferiu a sentença o juiz Antônio Elias de Queiroga Filho. Isac Chaves Andrade foi morto com tiros de espingarda calibre 32, dentro da caçamba em que trabalhava.